

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA REALIZADA EM 14 DE JULHO DE 1.993. LAVRADA SOB A FORMA DE SUMARIO NOS TERMOS DO PARAGRAFO 1º DO ARTIGO 130 DA LEI 6.404/76.

DATA: 14 de julho de 1.993. **HORA:** 10:00 horas. **LOCAL:** Sede Social à Rua Alentejo nº 1.255, Bairro São Francisco, CEP.: 31.255-110 em Belo Horizonte(MG). **COMPARECIMENTO:** Acionistas representando a totalidade do Capital Social, conforme assinaturas lançadas no Livro de Presença de Acionistas. **ANUNCIO DE CONVOCAÇÃO:** Dispensado na forma da lei. **PRESIDENTE:** LINCOLN PETTERSEN SABINO. **SECRETARIO:** GRAÇA ANTONIO MERCADANTE. **DELIBERAÇÕES:** 1) Apreciada e aprovada a renúncia do Diretor Orlando Aragão Neto de seu cargo, que a justificou em razão de sua aprovação em concurso público para a carreira de magistrado, o que incompatibiliza a gestão de negócios privados. A aprovação se deu com os votos de êxito na nova carreira e agradecimentos pelos profícuos serviços prestados e ensinamentos que a convivência diária proporcionou. 2) Apresentada e aprovada alteração do objeto social para inclusão de importação e exportação de bens, serviços, tecnologia e insumos, exploração de serviços públicos em regime de concessão dentre os objetivos da Companhia, passando o artigo terceiro do Estatuto a ter a seguinte redação: **ARTIGO 3º** - A companhia tem como objeto a execução de obras e serviços de Engenharia Civil em todos os seus ramos e modalidades, tais como: estradas, terraplenagem, pavimentação, oleodutos, gasodutos, locação de máquinas, locação de mão-de-obra, assistência técnica, aeroportos, barragens, portos, diques, pontes, sistemas de transporte, abastecimento de água e saneamento e grandes estruturas, a execução de todas as atividades constantes das atribuições de seus Responsáveis Técnicos, a importação e exportação de bens, serviços, tecnologia e insumos em geral, bem como a exploração de serviços públicos em regime de concessão, a participação como quotista ou acionista em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais. 3) Apresentar e aprovar a proposta de alteração do estatuto social da companhia, incorporando, inclusive, as alterações sugeridas e aprovadas nesta Assembléia, fazendo com que se torne adequado às novas realidades do mercado, conforme abaixo consolidado. 4) Ato contínuo à aprovação da alteração do estatuto, eleger os membros do Conselho de Administração, a saber: LINCOLN PETTERSEN SABINO, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, CREA/MG 16.044/D, CPF nº 129.988.856-91, residente e domiciliado à Alameda das Falcatas, nº 945 - Pampulha, em Belo Horizonte (MG), que é o Presidente, LUCIANA DE FARIA SABINO, brasileira, casada, empresária, C.I. nº M.692.278 SSP/MG, CPF nº 469.543.096-72, residente e domiciliada à Alameda das Falcatas, nº 945 - Pampulha, em Belo Horizonte (MG), GRAÇA ANTONIO MERCADANTE, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, CREA/SP nº 10.307/D, CPF nº 001.095.766-91, residente e domiciliado à Av. Agulhas Negras, nº 616 - Mangabeiras, em Belo Horizonte (MG), bem como fixar-lhes a remuneração de Cr\$93.165.501,00 (Noventa e três milhões, cento e sessenta e cinco mil e quinhentos e um cruzeiros), distribuída entre seus membros, aplicando-se os índices de correção salariais estabelecidos em lei, a critério da companhia, ou por outro índice que substitua, ficando ratificadas as retiradas havidas até a presente data. 5) Consolidação e atualização do Estatuto Social - proposta pelo acionista LINCOLN PETTERSEN SABINO e aprovada a atualização do mesmo, que fica assim consolidado:



ESTATUTO SOCIAL**CAPITULO I****DA DENOMINACAO SEDE, FORO, OBJETO E DURACAO**

- ARTIGO 1º** - CEESA-CONSTRUTORA DE ESTRADAS E ESTRUTURAS S/A., é uma sociedade anônima, regida por este estatuto, pela legislação vigente e pelos usos e costumes do comércio.
- ARTIGO 2º** - A companhia tem sua sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, à Rua Alentejo nº 1.255, Bairro São Francisco, podendo a critério e por deliberação da Diretoria, abrir e manter filiais, departamentos e escritórios, representação ou sucursal em qualquer ponto do território nacional ou do exterior, atribuir-lhes o capital correspondente, se necessário e extingui-los quando for do interesse social. O foro é o da Comarca de Belo Horizonte-MG
- ARTIGO 3º** - A companhia tem como objeto a execução de obras e serviços de Engenharia Civil em todos os seus ramos e modalidades, tais como: estradas, terraplenagem, pavimentação, oleodutos, gasodutos, locação de máquinas, locação de mão-de-obra, assistência técnica, aeroportos, barragens, portos, diques, pontes, sistemas de transporte, abastecimento de água e saneamento e grandes estruturas, a execução de todas as atividades constantes das atribuições de seus Responsáveis Técnicos, a importação e exportação de bens, serviços, tecnologia e insumos em geral, bem como a exploração de serviços públicos em regime de concessão, a participação como quotista ou acionista em outras sociedades, quaisquer que sejam seus objetivos sociais.
- ARTIGO 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPITULO II**DO CAPITAL SOCIAL E VALORES MOBILIARIOS**

- ARTIGO 5º** - O Capital Social da companhia é de Cr\$385.293.520.560,00 (Trezentos oitenta e cinco bilhões, duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e vinte mil e quinhentos e sessenta cruzeiros) dividido em 102.471.681 (Cento e dois milhões, quatrocentos e setenta e um mil e seiscentos e oitenta e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
- ARTIGO 6º** - Cada ação ordinária dará direito a 01 (hum) voto nas deliberações assembleares.
- ARTIGO 7º** - A Companhia poderá emitir, independentemente de reforma estatutária, até 102.471.681 (Cento e dois milhões quatrocentos e setenta e um mil seiscentos e oitenta e uma) ações ordinárias ou preferenciais, observados os limites da lei, sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o respectivo preço de emissão.



Parágrafo Primeiro - Até 2/3 (dois terços) do capital social poderão ser representados por uma ou mais classes de ações preferenciais sem direito a voto, e dentro desse limite as ações poderão ser aumentadas sem guardar proporção com as demais.

Parágrafo Segundo - As ações preferenciais somente adquirirão o direito a voto se a Companhia deixar de efetuar pagamento de dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, em 03 (três) exercícios financeiros consecutivos.

Parágrafo Terceiro - A criação de classe de ações preferenciais que tenha prioridade sobre outra já existente somente terá eficácia, todavia, se previamente autorizada, ou aprovada nos termos da lei, pelos acionistas da classe ou classes preteridas, reunidos em assembléia especial.

ARTIGO 8º - As ações são indivisíveis perante a Companhia e poderão ser representadas por certificados múltiplos ou, provisoriamente, por cautelas. As ações e os certificados múltiplos poderão ser agrupados ou desdobrados por solicitação dos acionistas, que pagarão à Companhia o preço de custo e serão assinados por 02 (dois) membros da diretoria ou por agente emissor de certificados.

ARTIGO 9º - Mediante proposta do Conselho de Administração da Companhia a Assembléia Geral dos Acionistas estabelecerá as condições de resgate integral de qualquer uma das classes de ações da Companhia, podendo o pagamento do preço de resgate ser efetuado em dinheiro ou bens.

Parágrafo Único - Mediante proposta do Conselho de Administração da Companhia e aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas, a Companhia poderá emitir quaisquer outros valores mobiliários.

CAPITULO III

ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 10º - A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário.

ARTIGO 11 - As Assembléias serão convocadas e funcionarão de acordo com as disposições legais.

ARTIGO 12 - As Assembléias serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração que convidará um dos presentes ou um advogado para secretariar os trabalhos.

Parágrafo Único - Na ausência do Presidente do Conselho, a Assembléia será instalada por qualquer um dos administradores, cabendo aos acionistas presentes elegerem o Presidente da Assembléia.



- ARTIGO 13 - Nos 10 (dez) dias que antecederam a realização da Assembléia Geral serão suspensas as transferências de ações.
- ARTIGO 14 - Os acionistas poderão ser representados na Assembléia geral de acordo com os preceitos legais, desde que o instrumento seja depositado na sede social da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da hora para a qual estiver convocada a Assembléia.
- ARTIGO 15 - As deliberações assembleares serão tomadas pela maioria dos acionistas com direito a voto da Companhia.

CAPITULO IV

ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

- ARTIGO 16 - A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria.
- ARTIGO 17 - O prazo de gestão dos membros do Conselho e da diretoria é de 03 (três) anos, admitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro - O prazo de gestão estender-se-á até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho de Administração e da diretoria são dispensados de prestação de garantia de gestão.

SEÇÃO I

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- ARTIGO 18 - O Conselho de Administração será composto de 03 (três) membros, acionistas, pessoas naturais residentes no país, eleitos pela Assembléia Geral, sendo 01 (hum) presidente e os demais simplesmente conselheiros.

- ARTIGO 19 - Os Conselheiros serão investidos em seus cargos, mediante termo lavrado no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - No caso de ausência ou impedimentos, o Presidente será substituído por um dos demais conselheiros e estes substituir-se-ão entre si, sem prejuízo das funções que lhes forem próprias. O substituto acumulará o cargo do substituído, inclusive o direito de voto nas reuniões do Conselho.

Parágrafo Segundo - Nos casos de vacância do cargo de conselheiro, a Assembléia Geral será convocada, dentro de 30 (trinta) dias, para preencher o cargo vago. Uma vez eleito, o novo conselheiro permanecerá no cargo pelo tempo restante ao do mandato do Conselho.



Parágrafo Terceiro - O Conselho de Administração deverá declarar vago o cargo de membro que, sem causa justificada, deixar de participar de 03 (três) reuniões consecutivas do mesmo.

ARTIGO 20 - O Conselho reunir-se-á pelo menos uma vez por ano e sempre que os interesses sociais assim o exigirem, por convocação de qualquer um dos conselheiros.

Parágrafo Primeiro - Os avisos de convocação poderão ser feitos através de carta ou telefax, ficando sanada a falta de convocação com o comparecimento da totalidade dos conselheiros.

Parágrafo Segundo - A reunião do Conselho somente será instalada com presença, ou representação, de no mínimo 02 (dois) membros, e as deliberações serão tomadas pela maioria de votos.

Parágrafo Terceiro - Das reuniões serão lavradas atas no livro próprio, assinadas pelos presentes.

ARTIGO 21 - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei: I - Aprovar: a) a distribuição de dividendos intermediários; b) a participação nos lucros e gratificações à diretoria e/ou demais empregados; c) o aumento do capital autorizado, determinando as respectivas condições do aumento; d) a emissão de ações e de quaisquer outros valores mobiliários, determinando as condições da referida emissão; e) a aquisição de ações de emissão da Companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria, e sua posterior alienação, bem como as condições de resgate de uma ou mais classes de ações; II - Eleger: a) a diretoria da companhia, bem como fixar sua remuneração; III - Designar: a) os representantes da Companhia que votarão nas assembléias gerais das sociedades controladas ou coligadas à eleição dos administradores determinados pela companhia; b) dentre os Diretores nomeados, o Diretor de Relações com o mercado.

SEÇÃO II

DIRETORIA

ARTIGO 22 - A Diretoria será composta de 07 (sete) membros, brasileiros, residentes no país, acionistas ou não, sendo um Diretor Presidente e os demais diretores sem designação específica.

Parágrafo Único - O Diretor Presidente e os demais diretores serão eleitos pelo Conselho de Administração, para o prazo de 03 (três) anos, podendo ser reeleitos. O mandato da Diretoria considerar-se-á prorrogado, até a posse dos novos membros eleitos.

ARTIGO 23 - Nos impedimentos temporários ou faltas, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor por ele designado e os demais diretores substituir-se-ão uns aos outros.

Parágrafo Primeiro - Em caso de vacância do cargo na diretoria, será convocada uma reunião do Conselho de Administração, nos 20 (vinte) dias seguintes para prover o cargo vago e o substituto eleito exercerá o cargo pelo prazo remanescente do mandato do substituído.

Parágrafo Segundo - Até o preenchimento do cargo vago da Diretoria a substituição observará o disposto no caput deste artigo.

ARTIGO 24 - A diretoria tem os poderes e as atribuições conferidas por lei e pelo presente estatuto a fim de assegurar o normal funcionamento da companhia e, em especial, para:

- a) decidir quanto à política operacional, no atendimento dos objetos sociais;
- b) fazer observar e cumprir o presente estatuto e as determinações da Assembléia Geral;
- c) deliberar sobre concorrência, orçamentos, propostas e demais matérias relativas a obras e serviços;
- d) deliberar sobre a participação da companhia em outras como quotista ou acionista, ou em consórcios;
- e) estabelecer o quadro de pessoal, fixando funções, ordenados e salários, observada a legislação vigente;
- f) elaborar e assinar as demonstrações financeiras e o relatório anual das atividades da companhia;
- g) convocar a Assembléia Geral, através do Diretor Presidente, nos termos e na forma determinados pela lei e pelo presente Estatuto;
- h) conceder licença, remunerada ou não a seus membros;
- i) autorizar a instalação ou encerramento de filiais, departamentos, escritórios, representação ou sucursal em qualquer ponto do Território Nacional ou do exterior, bem como atribuir-lhes o capital correspondente, se necessário e extingui-los quando for do interesse social.

ARTIGO 25 - A Diretoria reunir-se-á sempre que assim o exigirem os interesses sociais, instalando-se a reunião com a presença de no mínimo 03 (três) de seus membros, sendo um deles o Diretor Presidente, ato para o qual não prevalecerá a faculdade de substituição prevista no artigo 23.



Parágrafo Primeiro - as deliberações da Diretoria - serão tomadas por maioria de votos dos presentes, cabendo ao Diretor Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade.

Parágrafo segundo - Serão lavradas atas dos trabalhos, quando a natureza dos assuntos a tratar assim o exigir.

ARTIGO 26 - A representação da Companhia far-se-á: Em juízo: através de um dos Diretores indistintamente, que em seu nome poderá constituir procuradores com poderes específicos; Na gestão de negócios: a) Por um Diretor, indistintamente, ou procurador para tanto constituído, nos contratos para execução de obras e serviços e nos demais casos e atos de gerenciamento, excluídas as condições previstas nas letras "b" e "c" deste artigo; b) Pelo Diretor Presidente, isoladamente ou em conjunto, com qualquer outro Diretor, nos atos que importem em alienação ou oneração de bens sociais, na fiança, transação, renúncia de direitos e contratação de obrigações em valor superior a 100.000 (cem mil) Unidades Fiscais de Referência, ou índice que vier a substituí-las, atos para os quais não prevalecerá a faculdade de substituição prevista no artigo 23 deste Estatuto; c) através de dois Diretores, um Diretor e um procurador ou de apenas um Procurador, com poderes especiais e expressos, nos atos que importem movimentação financeira, tais como: emissão e endosso de cheques ou de notas promissórias, saque ou endosso de duplicatas ou letras de Câmbio; em contratação de empréstimos de qualquer modalidade, inclusive contratos de abertura de crédito com caução de efeitos comerciais, em movimentação de contas bancárias; inclusive requisição de talonários de cheques e autorização de débitos em conta corrente.

ARTIGO 27 - Os membros da Diretoria terão amplos poderes de gestão dos negócios sociais para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionem com os objetivos da Companhia, podendo, desde que autorizados pelo Conselho de Administração, efetuar operações de que trata o inciso I do art. 21, salvo o poder de receber citação, que somente poderá ser exercido pelo Diretor Presidente, ou por qualquer membro do Conselho de Administração.

Parágrafo Primeiro - Os membros da diretoria terão representação ativa e passiva da COMPANHIA, competindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações da assembléia Geral e do Conselho de Administração.



Parágrafo Segundo - A diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais assim o exigirem, por convocação de qualquer um dos diretores.

ARTIGO 28 - A constituição de procuradores somente será outorgada pela assinatura conjunta de 02 (dois) Diretores, sendo 01 (hum) o Diretor Presidente, especificados no instrumento, os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato que não excederá 01 (hum) ano, exceto nos casos de outorga de mandato, com a cláusula "ad judicium", o qual poderá ser outorgado por um diretor, nos termos do artigo 26 desse Estatuto.

CAPITULO V

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 29 - A Companhia terá um Conselho Fiscal, com as atribuições de lei, composto de 03 (três) membros efetivos e igual número de suplentes.

Parágrafo Único - O Conselho Fiscal não funcionará permanentemente e somente será instalado a pedido do acionistas, nos termos da lei. Cada período de funcionamento terminará na primeira Assembléia Geral Ordinária após a sua instalação.

CAPITULO VI

EXERCICIO SOCIAL, DEMONSTRACOES FINANCEIRAS

E DESTINACAO DO LUCRO

ARTIGO 30 - O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano.

ARTIGO 31 - Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras do exercício e as submeterá à Assembléia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro do exercício.

Parágrafo Único - O lucro terá, obrigatoriamente, a seguinte destinação:

- a) 5% (cinco por cento) para a formação do fundo de reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- b) Dividendo obrigatório nos termos do artigo 32;
- c) O saldo, se houver, terá a destinação que lhe for dada pela Assembléia Geral, obedecidas as disposições legais aplicáveis.



ARTIGO 32 - A Companhia distribuirá como dividendo obrigatório em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, salvo deliberação dos presentes por unanimidade, por um percentual menor ou mesmo a retenção plena do lucro.

ARTIGO 33 - O Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários à conta de lucros apurados em balanços semestrais e, mediante balanços, distribuir dividendos em períodos menores, observadas as disposições legais.

CAPITULO VIII

LIQUIDACAO

ARTIGO 34 - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembléia Geral, competindo ao Conselho de Administração nomear o liquidante e fixar a sua remuneração.

Parágrafo Único - O Conselho de Administração funcionará durante o período da liquidação da Companhia.

CAPITULO VIII

DISPOSICOES GERAIS

ARTIGO 35 - Os casos omissos nestes estatuto serão resolvidos pela Assembléia Geral ou pelo Conselho de Administração, em conformidade com a legislação em vigor.

ARTIGO 36 - A Companhia observará os acordos de acionistas registrados em sua sede.

Nenhum outro assunto foi discutido, pelo que foi encerrada a sessão após a lavratura, leitura, aprovação e assinatura da presente ata por todos os presentes. Belo Horizonte (MG), 14 de julho de 1993. Assinados: LINCOLN PETERSEN SABINO, por si, por LUCIANA DE FARIA SABINO e por LPS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., ORLANDO ARAGAO NETO, por si, MARIA ANDREZZA BARROS BETHONICO ARAGAO por BOREN LTDA., e GRAÇA ANTONIO MERCADANTE.

"Confere com o original lavrado em livro próprio"

Graça Antonio Mercadante

GRAÇA ANTONIO MERCADANTE
Secretário

Geraldo Luis Spagno Guimaraes

GERALDO LUIS SPAGNO GUIMARAES
OAB/MG nº 40.851



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NUMERO

1.221.349

Matriz: RJ

[Assinatura]
CELESTIA PACHECO
SECRETÁRIA GERAL

Setor de Registro - Belo Horizonte - Minas Gerais

Francisco - Cx. Postal 802

